



***Durante os oito meses de investigação, os agentes federais constataram a degradação provocada pela atividade ilícita em garimpos como o de Kaianau Foto: Vanessa Lima***

A operação Operação Xawara, deflagrada ontem pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal identificou três grupos específicos, com 11 aviões, como principais responsáveis pela garimpagem ilegal na terra indígena Yanomami, que nunca parou de agir, apesar das ações realizadas na reserva para coibir o crime, que exigem o dispêndio de recursos públicos em grandes valores. Nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 foram realizadas as operações Escudo Dourado II, Serra do Tucano, Baixo Rio Branco e Ágata IV, respectivamente, inclusive com a participação do Exército Brasileiro, o que resultou na detenção de vários garimpeiros. Mas conforme a Polícia Federal, não se conseguiu eliminar a lavra ilegal do ouro e pedras preciosas naquela área indígena.

“A Polícia Federal observou que as operações ostensivas realizadas em área de garimpo, principalmente na Terra Indígena Yanomami, não estavam surtindo o efeito necessário. A paralisação do crime cometido na região com a extração do ouro de propriedade da União continuava. Por isso iniciou-se uma operação de inteligência”, explicou o delegado Ricardo Duarte, que coordena a ação.

Os pilotos que conhecem a região e possuem aeronaves e recursos para fomentar a atividade, com o auxílio dos empresários (joalheiros), acabavam reconduzindo os garimpeiros para os locais anteriormente desocupados antes mesmo do término das operações.

Em novembro de 2011, foi realizada a Operação Baixo Rio Branco, organizada e deflagrada pela Polícia Federal, com apoio do Exército Brasileiro e Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi montada uma verdadeira “atividade de guerra”, com a participação de mais de 800 agentes federais e a utilização de helicópteros e aviões.

Nessa operação foram detidos 27 garimpeiros e destruídos vários garimpos ilegais, mas poucos dias depois os locais de lavra ilegal de ouro atingidos foram reativados com o apoio financeiro, material e logístico da organização criminosa investigada na Operação Xawara.

“Acreditamos que as medidas adotadas através da Operação Xawara serão muito mais eficazes do que as operações ostensivas que, apesar de necessárias, não vinham trazendo a

produtividade que esperávamos”, destacou o superintendente da PF, Alexandre Saraiva.

### ***Pilotos e empresários da aviação civil sustentavam o crime***

#### ***Durante entrevista coletiva, delegados da polícia federal e o procurador Rodrigo Timóteo deram detalhes da investigação que durou oito meses***

O delegado Ricardo Duarte, coordenador da Operação Xawara, deu detalhes de como funcionava o esquema criminoso investigado por mais de oito meses pela Polícia Federal envolvendo cinco grupos. Conforme ele, os aviadores levavam os garimpeiros para a Terra Indígena Yanomami – e ainda para outros locais de garimpo do Estado – e cobravam um alto valor pelo frete. As negociações eram para que o montante fosse pago quando o garimpeiro ou o dono da balsa começasse a extrair o ouro. “Ele ficava com a dívida vinculada a esse aviador ou empresário da aviação civil”, completou o delegado. Quando iniciada a lavra do ouro, que segundo as investigações eram em quantidades volumosas, os pilotos retiravam os garimpeiros da área e trazia-os para Boa Vista. Eles eram então encaminhados para os joalheiros que compravam o ouro ilegal. “Eles [os joalheiros] tinham conhecimento que a origem era ilegal”, afirmou Duarte.

“O crime era sustentado pelos aviadores e empresários da aviação civil do Estado. Três grupos específicos que possuem hoje no total 11 aviões foram identificados. Além dos garimpeiros, eles levavam mercúrio, munição para arma de fogo e cometiam outros ilícitos que sustentam a atividade ilegal de ouro”, ressaltou o delegado da PF.

Segundo Ricardo Duarte, os cinco grupos - três de aviadores, um de joalheiros e um de empresários do ouro e proprietários de balsas e de grandes maquinários – num determinado momento da investigação acabam se encontrando, fechando a “cadeia criminosa”.

“Os joalheiros presos são o ponto de contato dos grupos investigados, seja comprando ouro, seja emprestando dinheiro para os empresários do ouro e para os aviadores, mantendo a atividade criminosa”, detalhou o coordenador da operação Xawara.

Outra questão levantada durante as investigações da PF, é que os pilotos envolvidos utilizavam nos aviões gasolina contrabandeada da Venezuela, fato que chamou a atenção da polícia.

Atividade ilegal causou prejuízos ao meio ambiente e aos indígenas, diz procurador Rodrigo Timóteo: “A área indígena vem reiteradamente sendo aviltada por garimpeiros”

De acordo com levantamentos da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai), a atividade de lavra ilegal de ouro se estende por quase toda a Terra Indígena Yanomami. Existem cerca de 20 garimpos ilegais sendo monitorados pela PF.

A extração ocorre nos leitos dos rios e através do bombeamento do material do fundo deles para a superfície de grandes balsas ou pela lavra em barrancos, causando impacto ambiental muito grande.

Registros fotográficos feitos pela PF durante as investigações mostram a degradação causada pela extração do minério. O prejuízo ambiental é imensurável e a disseminação de doenças entre os índios Yanomami devido ao contato com o “branco” também é outra preocupação.

Durante entrevista coletiva à imprensa, o procurador da República Rodrigo Timóteo da Costa e Silva lembrou que este ano a Terra Indígena Yanomami, que têm aproximadamente 96 mil km<sup>2</sup>, completa 20 anos de homologação.

“A área indígena vem reiteradamente sendo aviltada por garimpeiros. As lideranças Yanomami reclamam muito dessa presença de garimpeiros, já que eles sofrem com doenças trazidas por eles e, principalmente, com conflitos étnicos e territoriais”, disse.

Fonte: Folha de Boa Vista.